



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1



DESTAQUES ESTATÍSTICOS Observatório das Migrações

Adaptamos esta nova rubrica do Observatório das Migrações - orientada para informar e desconstruir mitos relacionados com a imigração através da disseminação de dados sistematizados na [Coleção Imigração em Números do OM](#) – especialmente para a **Conferência “Reconhecimento de Qualificações e Competências de Imigrantes e Refugiados”**, de 27 de março de 2017 na **Fundação Calouste Gulbenkian**.

Recuperam-se nesta síntese alguns dos dados sistematizados e analisados em:

Oliveira, C. R. (coord.) e Gomes, N. (2014), *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal*, Coleção “Imigração em Números”, Lisboa: Observatório das Migrações.

Oliveira, C. R. (coord.) e Gomes, N. (2016), *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual*, Coleção “Imigração em Números”, Lisboa: Observatório das Migrações.

Subscreva esta *newsletter* OM através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos em www.om.acm.gov.pt

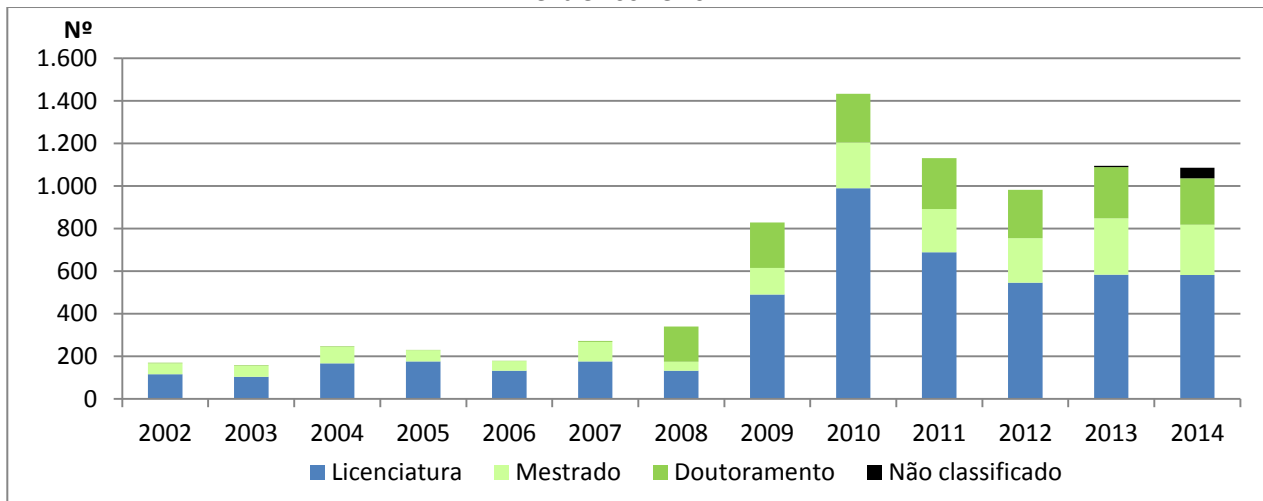


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que desde 2007, ano em foi aprovado um novo regime para o reconhecimento de títulos académicos, tem aumentado o número de reconhecimentos de qualificações académicas adquiridas no estrangeiro?

Em 2007 foi aprovado um novo enquadramento e regime para o reconhecimento de títulos académicos - licenciaturas, mestrados e doutoramentos - adquiridos no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 341/2007). Neste âmbito foi estabelecido um regime de reconhecimento automático de graus académicos superiores estrangeiros que concede aos seus titulares a totalidade dos direitos inerentes aos graus portugueses de licenciado, mestre e doutor conferidos pelas instituições de ensino superior portuguesas. O diploma assenta no princípio da confiança recíproca que deve ser assumido pela comunidade académica internacional, e visa simplificar o reconhecimento de graus estrangeiros eliminando os obstáculos à circulação de diplomados, quer no mercado de trabalho quer na formação académica. Este diploma enquadra-se num conjunto de medidas que visam garantir a mobilidade efetiva e desburocratizada de estudantes e diplomados, vocacionadas para atrair e fixar em Portugal recursos humanos qualificados (cit. in Decreto-Lei nº341/2007 de 12 de Outubro).

Reconhecimento de qualificações académicas em função do nível de educação de Ensino Superior, entre 2002 e 2014



Fonte: Direção Geral do Ensino Superior (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 75)

Nota: A partir de 2008, os dados apresentados agregam os reconhecimentos de qualificações atribuídos pelas Universidades e os registos de reconhecimento de qualificações encaminhados pelo Ministério da Educação (Direção Geral do Ensino Superior) conforme previsto no Decreto-Lei nº341/2007.

Este novo enquadramento legal gerou, nos últimos anos, um aumento substantivo do número de reconhecimentos de qualificações de nível superior em Portugal. Entre 2002 e 2014 verificou-se um aumento de +543% no número de reconhecimentos de qualificações concedidos, passando de 169 para 1086 os reconhecimentos de educação de nível superior. Nos anos 2013 e 2014 os reconhecimentos estabilizaram em torno dos mil (1088 reconhecimentos em 2013 e 1086 em 2014), mantendo-se a maioria



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

dos reconhecimentos para o grau de licenciatura (56,2% em 2014, o equivalente a 582 graus reconhecidos), apesar de ter diminuído a importância relativa desses reconhecimentos face ao início da década (em 2011 os reconhecimentos de licenciaturas representavam +4,7 pontos percentuais do que em 2014), refletindo o aumento da importância relativa de reconhecimentos para o grau de mestrado (passam em 2014 a representar 22,8% do total de reconhecimentos de qualificações académicas adquiridas no estrangeiro, o equivalente a 236 reconhecimentos, que equivalem a +4,9 pontos percentuais face ao início desta década). O reconhecimento de doutoramentos tem estado relativamente estável, em torno dos 21% (o equivalente a 218) do total de reconhecimentos (apenas -0,2 pontos percentuais face a 2011).

Entre os estrangeiros que obtiveram o reconhecimento das suas qualificações nos anos de 2013 e 2014, destacam-se, em primeiro lugar, os nacionais da Ucrânia (8,1% do total de reconhecimentos atribuídos em 2013 e 2014), seguindo-se os nacionais de Espanha (7,4%) e do Brasil (6,0%). Entre as dez nacionalidades com maior número de reconhecimentos de qualificações encontram-se, ainda, as nacionalidades italiana (4,4% do total de reconhecimentos nesses dois anos), moldava (3,9%), romena (2,3%), russa (1,9%), polaca (1,8%), angolana (1,2%) e francesa (1,0%).

Sabia que os estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com os portugueses?

Estrangeiros por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado e completo (%)						
Nacionalidade	Nenhum	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo	3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Ensino superior
Portugueses	19,1	26,0	13,4	16,1	13,7	11,7
Total Estrangeiros	14,6	10,2	13,5	20,9	28,1	12,7
UE27	14,5	6,5	9,9	18	29,8	21,2
Extracomunitários	14,6	11,4	14,6	21,8	27,5	10
Brasil	12,4	9,6	14,5	20	35,1	8,2
Cabo Verde	20,9	23,8	19	20,6	12,8	2,8
Ucrânia	12,1	3,1	6,6	17,6	40,5	20,1
Angola	11,5	12,5	20,8	30	18,7	6,5
Roménia	17,1	5,7	12	24,2	33	8,1
Guiné-Bissau	18,2	15,6	17,8	28	15,6	4,9
Reino Unido	18	3,4	5,3	13,5	37	22,8
França	11,7	10,4	15,8	21,2	22	19
China	28,5	9,3	16,7	26,2	16,2	3
Espanha	16,9	12,9	8,7	12,8	16,7	32

Fonte: Censos 2011 (retirado de Oliveira e Gomes, 2014)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Os estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com os portugueses. Essa tendência não é, contudo, uniforme para todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha (32%, ou seja, mais 20 pontos percentuais que os portugueses), do Reino Unido (22,8%, mais 11 pontos percentuais) e da Ucrânia (20,1%, mais 10 pontos percentuais). Também no nível secundário e pós-secundário se observa que a maioria das populações estrangeiras analisadas têm uma maior importância relativa de pessoas com esse nível de escolaridade do que os portugueses, destacando-se os ucranianos (40,5%, mais 27 pontos percentuais que os portugueses), os ingleses (37%, mais 24 pontos percentuais) e os brasileiros (35%, mais 22 pontos percentuais).

Sabia que nos últimos anos se verifica um reforço dos trabalhadores estrangeiros com habilitações médio-superiores e uma diminuição dos trabalhadores estrangeiros com habilitações inferiores?

Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, segundo o nível de habilitações, em 2004 e 2014 (Portugal Continental)

Nível de habilitações	2004				2014			
	Estrangeiros		Total		Estrangeiros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Inferior a 1º ciclo	8.760	7,1	52.383	2,1	3.030	2,7	15.340	0,6
1º ciclo do ensino básico	34.882	28,3	675.544	26,4	17.077	15,5	328.391	13,4
2º ciclo do ensino básico	20.856	16,9	560.967	22,0	13.648	12,4	377.912	15,4
3º ciclo do ensino básico	27.162	22	526.087	20,6	34.496	31,2	645.522	26,3
Ensino secundário e pós-secundário	23.187	18,8	478.364	18,7	27.878	25,3	635.708	25,9
Bacharelato licenciatura ou mais	8.581	7	260.959	10,2	11.405	10,3	450.047	18,3
Nível desconhecido	-	-	-	-	2.857	2,6	5.243	0,2
Total	123.428	100	2.554.304	100	110.391	100	2.458.163	100

Fonte: Quadros de Pessoal de 2004, 2013 e 2014, GEE/ME e GEP/MSESS (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 93).

Os dados recolhidos nos Quadros de Pessoal dão conta do reforço do número de estrangeiros nos níveis de habilitações médio-superiores e a diminuição dos trabalhadores estrangeiros com habilitações inferiores ou iguais ao primeiro ciclo do ensino básico desde a viragem do século. De 2004 para 2014, os trabalhadores estrangeiros com habilitações até ao nível do ensino básico passaram de 35,4% para 18,2%, ou seja, perderam cerca de metade da sua importância relativa nos últimos dez anos. Em contrapartida, os trabalhadores estrangeiros com níveis de habilitações médio-superiores (com pelo menos o ensino secundário) passaram de 25,8% em 2004 para 35,6% em 2014, ou seja, ganharam +10 pontos percentuais nos últimos dez anos. Esta tendência verificada nos trabalhadores estrangeiros acompanha também a evolução do total de trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal: de 2004 para 2014, o universo de trabalhadores de Portugal Continental com habilitações inferiores ou iguais ao primeiro ciclo do ensino básico perderam 15 pontos percentuais (passaram de 28,5% para 14%), enquanto o total de trabalhadores



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

com níveis de habilitações iguais ou superiores ao secundário passaram de 28,9% para 44,2%, ou seja, ganharam +15 pontos percentuais.

Entre o início desta década e 2014, os estrangeiros empregados com níveis de habilitações de secundário ou pós-secundário aumentaram 1,6 pontos percentuais (representavam 23,6% do total de estrangeiros em 2011, passando a representar 25,3% em 2014), e os estrangeiros empregados com bacharelato, licenciatura ou nível de habilitação superior aumentaram 1,4 pontos percentuais (de 8,9% em 2011 passam para 10,3% em 2014).

A análise da distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por níveis de habilitações em função do sexo do trabalhador traz também alguns resultados interessantes. Embora tanto no caso dos homens estrangeiros como nas mulheres estrangeiras registadas nos Quadros de Pessoal a maioria tenha níveis de habilitação do 3º ciclo do ensino básico (28% em 2014), verifica-se que são as mulheres estrangeiras que têm maior importância relativa de trabalhadoras nos níveis de habilitações dos extremos, ou seja, se é verdade que há mais mulheres estrangeiras nos níveis de habilitações iguais ou inferiores ao primeiro ciclo do ensino básico (20,8% em 2014, +5 pontos percentuais que os trabalhadores estrangeiros do sexo masculino), também é verdade que há mais trabalhadoras mulheres estrangeiras com níveis de qualificações médio-superiores que o verificado no caso dos homens estrangeiros (com 37,3%, refletindo +3 pontos percentuais que os homens em 2014).

Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, segundo o nível de habilitações e o sexo, em 2014 (Portugal Continental)

Nível de habilitações	Portugueses				Estrangeiros			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Inferior 1º ciclo do ensino básico	6.234	0,5	6.076	0,5	1.534	2,6	1.496	2,9
1º ciclo do ensino básico	164.330	13,5	146.984	13,2	7.836	13,3	9.241	17,9
2º ciclo do ensino básico	209.838	17,2	154.426	13,7	7.569	12,9	6.079	11,8
3º ciclo do ensino básico	348.758	28,6	262.268	23,2	19.933	34,0	14.563	28,2
Ensino secundário e pós-secundário	300.248	24,6	307.582	27,2	14.560	24,8	13.318	25,8
Bacharelato, licenciatura ou mais	189.228	15,5	249.414	22,1	5.464	9,3	5.941	11,5
Nível desconhecido	1.574	0,1	812	0,1	1.815	3,1	1.042	2,0
Total	1.220.210	100	1.127.562	100	58.711	100	51.680	100

Fonte: Quadros de Pessoal de 2014, GEP/MSESS (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 94).

Por comparação ao total de trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal em 2014, verifica-se que embora o total de homens mantenha a tendência observada para os trabalhadores estrangeiros de ambos os sexos, ou seja, de maior expressão de trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico (28,1% em 2013 e 28,6% em 2014), no caso do universo das trabalhadoras do sexo feminino nota-se, porém, uma maior representatividade do nível de habilitações do secundário e pós-secundário (26,5% em 2013 e 27,2% em 2014). Ainda contrariando a tendência do observado no caso das trabalhadoras estrangeiras do sexo feminino, o universo das mulheres registadas nos Quadros de Pessoal encontra-se sobre representada nos



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

níveis de qualificações médio-superiores (em 2014 no seu conjunto esses níveis de habilitações concentravam 49,3% das trabalhadoras mulheres).

Se a análise dos níveis de habilitações dos trabalhadores estrangeiros for desagregada pela nacionalidade dos trabalhadores (para as dez nacionalidades mais representadas no total de residentes estrangeiros em Portugal), verifica-se que não se pode considerar a população estrangeira como um todo homogéneo. Entre os trabalhadores extracomunitários, continuam a ser os trabalhadores dos PALOP os que apresentam níveis de habilitações mais baixas, enquanto por contraste, se observa que são os trabalhadores com nacionalidades de países da Europa de Leste que apresentam níveis de habilitações mais altas. Em 2014 foram os cabo-verdianos os que concentraram mais trabalhadores com habilitações inferiores ou iguais ao primeiro ciclo do ensino básico (40% dos seus trabalhadores em 2014), em contraste, foram os trabalhadores brasileiros e ucranianos que apresentaram maior importância relativa de trabalhadores com níveis de habilitações médio-superiores (37,4% em 2014 no caso dos brasileiros, e 35,1% no caso dos ucranianos). Globalmente verifica-se ainda que o nível de habilitações com maior representação de trabalhadores estrangeiros é o 3º ciclo do ensino básico: 31% dos trabalhadores estrangeiros tinha esse nível de habilitações em 2014, destacando-se acima da média dos trabalhadores estrangeiros com esse nível de habilitações, os trabalhadores chineses (44,5% em 2014) e romenos (37,6% em 2014).

Trabalhadores por conta de outrem, por país de nacionalidade, segundo nível de habilitações, em 2014 (%)

Nacionalidade	Inferior 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Bacharelato, licenciatura e +	Nível desconhe.
Brasil	1,1	10,2	13,4	36,1	31,0	6,4	1,9
Cabo Verde	5,9	34,1	14,0	25,2	17,7	2,4	0,9
Ucrânia	3,3	13,1	12,0	34,5	28,7	6,4	1,9
Roméia	3,6	14,0	14,8	37,6	25,0	2,8	2,2
China	3,5	12,7	18,0	44,5	8,5	2,2	10,6
Angola	1,8	17,2	15,7	31,0	24,3	9,0	0,9
Guiné-Bissau	4,2	32,2	13,9	31,4	14,2	1,9	2,2
Reino Unido	0,2	1,4	2,3	15,9	29,9	48,1	2,2
S. Tomé e Príncipe	2,4	28,5	15,2	29,1	21,1	2,9	0,8
Espanha	0,1	5,4	4,3	22,9	25,0	41,4	0,8
Total Estrangeiros	2,7	15,4	12,3	31,2	25,4	10,4	2,6
Portugueses	0,5	13,3	15,5	26,0	25,9	18,6	0,1

Fonte: Quadros de Pessoal de 2014, GEE/ME (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 95).

No caso dos trabalhadores comunitários, continua a verificar-se uma sobre representação de trabalhadores com níveis de habilitações superiores. Em 2014, os trabalhadores do Reino Unido registados nos Quadros de Pessoal concentravam 77,9% de trabalhadores com habilitações médio-superiores, tendo quase metade do total de trabalhadores dessa nacionalidade uma licenciatura ou mais (48,1%). Os trabalhadores espanhóis também apresentam características semelhantes: em 2014, 66,4% desses trabalhadores tinham habilitações médio-superiores.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

7

Sabia que se verifica em Portugal uma segmentação do mercado de trabalho em função das nacionalidades dos trabalhadores?

Inúmeros estudos têm demonstrado que os imigrantes assumem um papel fundamental na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho, sendo que sem os imigrantes alguns setores económicos e atividades certamente não sobreviveriam ou entrariam em crise (Münz et al., 2006: 37). Verifica-se também em Portugal que há ocupações que os autóctones evitam (e.g. trabalhos mais sujos, exigentes, perigosos, mal pagos, instáveis) e em que os trabalhadores imigrantes estão amplamente representados (Oliveira e Pires, 2010: 107-111). Como se mostrou detalhadamente em Oliveira e Gomes (2014) e noutros estudos anteriores (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; Peixoto, 2008), verifica-se uma segmentação do mercado de trabalho português em função das nacionalidades dos trabalhadores, observando-se que os trabalhadores estrangeiros têm estado nas últimas décadas sobre representados em algumas atividades e setores económicos no país, em particular nos grupos profissionais menos qualificados, mais precários, mais expostos a instabilidade na relação laboral, com menores remunerações, e de maior incidência de sinistralidade laboral (Oliveira e Pires, 2010).

Ora o início desta década (e contrariando a evolução da década anterior) encontra-se muito marcado pela situação económica e financeira do país, embora se observe que os anos de 2013 e 2014 são anos de ligeiras melhorias e de recuperação em inúmeros indicadores que permitem caracterizar a relação dos trabalhadores estrangeiros residentes com o mercado de trabalho português (Oliveira e Gomes, 2016). Desde finais da década passada que os trabalhadores estrangeiros sofreram alguns dos maiores impactos da crise económica e financeira do país – e.g. a diminuição das oportunidades de trabalho, o aumento global do desemprego no contexto nacional, o aumento da distância das suas remunerações face aos trabalhadores portugueses. Verifica-se, porém, que os anos de 2013 e 2014 refletem sinais de recuperação dessa situação, com decréscimos acentuados do desemprego registado de estrangeiros face ao início da década. Os dados mostram também que os trabalhadores estrangeiros encontraram mecanismos de reação à crise e à falta de trabalho, criando o seu próprio emprego perante o desemprego, o que fez aumentar neste período (e contrarrente ao observado para os portugueses) o número de empregadores estrangeiros. Por outro lado, verificam-se algumas mudanças na importância relativa que assumiam em alguns grupos profissionais, atendendo a que as atividades onde antes se encontravam ficaram mais afetadas pelo desemprego (e.g. diminuição da importância relativa dos trabalhadores estrangeiros no grupo profissional 7, ou seja, trabalhadores da indústria, construção e artífices).

Ainda assim, mantendo a tendência das últimas décadas, em 2013 e 2014, verifica-se que os trabalhadores estrangeiros continuam sobre representados nos grupos profissionais da base (grupos 7, 8 e 9). Mais de metade dos trabalhadores estrangeiros encontra-se nesses três grupos profissionais. Em 2013 os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros desses grupos profissionais representavam 52,4%, passando para 52,1% em 2014. A importância relativa dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros nesses grupos profissionais é bastante expressiva por comparação aos portugueses, que nesses anos



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

apenas tinham 38,6% dos seus trabalhadores por conta de outrem nos grupos profissionais da base, ou seja, os estrangeiros apresentam +14 pontos percentuais de trabalhadores nesses grupos profissionais.

O outro grupo profissional onde os estrangeiros estão mais representados corresponde ao grupo dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (24,3% dos trabalhadores estrangeiros em 2013 e 23,8% em 2014, traduzindo 3 pontos percentuais por comparação à distribuição dos portugueses).

Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por grupo profissional, em 2013 e 2014, e taxa de variação entre 2011 e 2014 (Portugal Continental)

Grupos profissionais	Portugueses				Estrangeiros				Taxa de variação 2011-2014	
	2013		2014		2013		2014		Port.	Estrang.
	N	%	N	%	N	%	N	%		
1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	100.708	4,4	100.117	4,3	2.780	2,6	2.802	2,5	-9,8	-12,0
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	243.356	10,7	251.825	10,7	5.394	5	5.533	5,0	+1,2	-6,2
3 - Técnicos e profissões de nível intermédio	236.134	10,4	241.006	10,3	4.730	4,4	5.043	4,6	-4,8	-11,0
4 - Pessoal administrativo	313.671	13,8	320.595	13,7	8.397	7,8	9.223	8,4	-3,2	-1,7
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	476.415	20,9	495.974	21,1	26.201	24,3	26.226	23,8	-0,2	-20,4
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	27.042	1,2	27.563	1,2	3.704	3,4	3.930	3,6	+5,0	-0,3
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	347.413	15,3	355.620	15,1	13.343	12,4	13.189	11,9	-9,7	-36,6
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	256.666	11,3	266.342	11,3	7.780	7,2	8.462	7,7	-2,6	-18,8
9 - Trabalhadores não qualificados	273.188	12,0	286.993	12,2	35.328	32,8	35.931	32,5	+0,9	-14,0
Sem profissão atribuída	1.828	0,1	1.737	0,1	43	0	52	0,05	-	-
Total	2.276.421	100	2.347.772	100	107.700	100	110.391	100	-3,0	-17,7

Fonte: Quadros de Pessoal de 2013 e 2014, GEE/ME e GEP/MSESS (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 89)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

9

Em contraste, nos grupos profissionais de topo os trabalhadores estrangeiros estão sub-representados: em 2014 os grupos profissionais 1 (dirigentes) e 2 (especialistas de atividades científicas) concentravam apenas 7,5% dos trabalhadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal, menos 8 pontos percentuais que o verificado no caso dos trabalhadores portugueses, verificando-se de forma acrescida que o número de trabalhadores desses grupos diminuiu nos últimos anos (-12% no grupo 1 e -6% no grupo 2 de 2011 para 2014, contrastando neste último grupo com o crescimento observado no caso dos trabalhadores portugueses de +1,2%).

Ainda que persista alguma segmentação do mercado de trabalho português em função da nacionalidade e que os trabalhadores estrangeiros continuem sobre representados nos trabalhos menos atraentes do mercado de trabalho português, de mais baixas ou nulas qualificações com condições de trabalho mais duras e com elevados níveis de insegurança, nos últimos anos observa-se uma ligeira diluição desta concentração, em especial no grupo profissional de base 7. Os dados dos Quadros de Pessoal permitem mostrar que desde o início da década têm diminuído globalmente os trabalhadores por conta de outrem registados nos Quadros de Pessoal, tanto no caso dos portugueses (-3%), como no caso dos estrangeiros (-17,7%), verificando-se, contudo, que essa diminuição tem sido não apenas mais acentuada no caso dos estrangeiros que nos portugueses, como mais evidente nalguns grupos profissionais que noutros. Os trabalhadores estrangeiros diminuíram mais nos grupos profissionais da base: de 2011 para 2014 verifica-se -36,6% de trabalhadores estrangeiras no grupo 7, dos trabalhadores da indústria e da construção (quando a diminuíram apenas 9,7% no caso dos trabalhadores portugueses) e -18,8% no grupo 8 (os portugueses diminuíram no mesmo período 2,6%). No grupo 5 dos trabalhadores dos serviços e vendedores verifica-se também uma quebra expressiva de trabalhadores estrangeiros (-20,4% entre 2011 e 2014) que contrasta com a quebra quase nula observada nos trabalhadores portugueses desse mesmo grupo profissional (-0,2%). Os grupos profissionais com maiores perdas de trabalhadores refletem na realidade as quebras dos setores económicos mais afetados pela crise económica e financeira vivida em Portugal desde final da década passada.

Torna-se, pois, relevante analisar mais aprofundadamente de que forma tem evoluído a distribuição dos estrangeiros por grupos profissionais nos últimos anos. Considera-se para esse efeito a evolução em dois períodos de referência: entre 2008 e 2011 (últimos anos da década anterior) e entre 2011 e 2014 (primeiros anos da presente década). É no grupo profissional 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices) que mais se observam quebras acentuadas de trabalhadores estrangeiros: de 23% em 2008, os trabalhadores deste grupo profissional passam a representar apenas 12% em 2014 do total de trabalhadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal (-7,5 pontos percentuais de 2008 para 2011 e -3,6 pontos percentuais de 2011 para 2014). Nos últimos anos da década anterior verifica-se que a diminuição da importância relativa dos trabalhadores do grupo profissional 7 gerou um aumento da importância relativa dos trabalhadores do grupo 5 (+3,8 pontos percentuais), do grupo profissional 2 (+1,6 pontos percentuais) e do grupo profissional 9 (+1,3 pontos percentuais). Já nos primeiros anos da presente década as perdas de importância relativa do grupo 7, estão a ser compensadas por aumentos de importância relativa de trabalhadores estrangeiros nos grupos profissionais 4 (+1,4 pontos percentuais, passando a concentrar 8,4% dos trabalhadores estrangeiros), algum crescimento dos grupos profissionais



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

de topo (e.g. grupo profissional 2 passa a concentrar 5% dos trabalhadores estrangeiros) e uma vez mais do grupo 9 (+1,3 pontos percentuais).

**Trabalhadores por conta de outrem estrangeiros, por grupo profissional, em 2008, 2011 e 2014
(Portugal Continental)**

Grupos profissionais	2008	2011	2014	Diferença 2008-2011 (pontos percentuais)	Diferença 2011-2014 (pontos percentuais)
1	2,1	2,4	2,5	+0,3	+0,1
2	2,8	4,4	5,0	+1,6	+0,6
3	3,9	4,2	4,6	+0,3	+0,4
4	7,2	7,0	8,4	-0,2	+1,4
5	20,8	24,6	23,8	+3,8	-0,8
6	3,0	2,9	3,6	-0,1	+0,7
7	23,0	15,5	11,9	-7,5	-3,6
8	7,4	7,8	7,7	+0,4	-0,1
9	29,9	31,2	32,5	+1,3	+1,3
Sem profissão atribuída	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Total N	170.086	134.064	110.391	-	-

Fonte: Quadros de Pessoal de 2008, 2011 e 2014, GEE/ME e GEP/MSESS (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 90)

A análise por atividades económicas reforça ainda mais os efeitos da crise económica dos últimos anos na inserção dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros: entre 2008 e 2014 o setor económico da construção perdeu dois terços dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros (eram 37.769 os trabalhadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal nesse grupo profissional, passando para 9.411 trabalhadores).

Verifica-se, por outro lado, nos anos de 2013 e 2014, um crescimento do número de trabalhadores estrangeiros em outras atividades onde esses trabalhadores não têm assumido uma importância relativa tão expressiva: de 2013 para 2014, as maiores taxas de variação verificam-se nas atividades imobiliárias (+18,7% de trabalhadores estrangeiros nessas atividades económicas), seguidas das atividades dos transportes e armazenamento (+15,4% de trabalhadores estrangeiros), das atividades de consultoria, científicas e técnicas (+11,7% de trabalhadores estrangeiros) e nas atividades da agricultura e pecuária (+10,4% de trabalhadores estrangeiros).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por atividade económica, em 2013 e 2014

Setores de atividade	Portugueses				Estrangeiros				Taxa de variação 2013-2014	
	2013 N	%	2014 N	%	2013 N	%	2014 N	%	Port.	Estrang.
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	46.057	2	47.599	2,0	6.398	5,9	7.062	6,4	+3,3	+10,4
Indústrias extrativas	8.092	0,4	7.930	0,3	227	0,2	228	0,2	-2,0	+0,4
Indústrias transformadoras	529.987	23	546.153	23,3	11.174	10,0	11.324	10,3	+3,1	+1,3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6.520	0,3	6.220	0,3	57	0,1	57	0,1	-4,6	+0,0
Captação, tratamento e distribuição água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	19.383	0,9	19.396	0,8	970	0,9	952	0,9	+0,1	-1,9
Construção	168.724	7,4	168.955	7,2	9.604	8,9	9.411	8,5	+0,1	-2,0
Comércio grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	436.675	19	448.121	19,1	15.696	15,0	15.398	13,9	+2,6	-1,9
Transportes e armazenagem	112.408	4,9	117.796	5,0	4.496	4,2	5.190	4,7	+4,8	+15,4
Alojamento, restauração e similares	145.897	6,4	153.394	6,5	20.662	19,0	21.269	19,3	+5,1	+2,9
Atividades informação e comunicação	63.251	2,8	66.270	2,8	1.379	1,3	1.513	1,4	+4,8	+9,7
Atividades financeiras	79.568	3,5	78.394	3,3	921	0,9	921	0,8	-1,5	+0,0
Atividades imobiliárias	14.023	0,6	15.108	0,6	1.051	1	1.248	1,1	+7,7	+18,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e sim.	95.184	4,2	102.485	4,4	2.327	2,2	2.600	2,4	+7,7	+11,7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	204.523	9	217.479	9,3	21.080	20	21.437	19,4	+6,3	+1,7
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	10.124	0,4	10.677	0,5	98	0,1	110	0,1	+5,5	+12,2
Educação	48.950	2,2	49.246	2,1	1.616	1,5	1.711	1,5	+0,6	+5,9
Atividades de saúde humana e apoio social	209.382	9,2	215.267	9,17	5.727	5,3	5.859	5,3	+2,8	+2,3
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	18.548	0,8	17.503	0,7	1.288	1,2	1.257	1,1	-5,6	-2,4
Outras atividades de serviços	59.056	2,6	59.703	2,5	2.917	2,7	2.829	2,6	+1,1	-3,0
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	69	0	76	0,0	12	0	15	0,01	-	-
Total	2.276.421	100	2.347.772	100	107.700	100	110.391	100	+3,1	+2,5

Fonte: Quadros de Pessoal de 2013 e 2014, GEE/ME e GEP/MSESS (retirado de Oliveira e Gomes, 2016: 91)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que a inserção dos trabalhadores estrangeiros nos diferentes grupos profissionais do mercado de trabalho não reflete necessariamente as suas habilitações, verificando-se situações de sobre qualificação em Portugal?

A inserção dos trabalhadores estrangeiros em Portugal nos diferentes grupos profissionais do mercado de trabalho português não reflete necessariamente a qualificação e habilitações desses trabalhadores. Em Portugal têm-se verificado algumas situações de sobre qualificação dos trabalhadores estrangeiros face às atividades que exercem no mercado de trabalho, ou seja, tem-se observado que há estrangeiros que estão a desempenhar funções abaixo do nível das suas habilitações (Peixoto, 2008; Oliveira e Fonseca, 2013; Góis e Marques, 2014). A concentração dos trabalhadores estrangeiros nas profissões de mais baixo estatuto e de menores requisitos ao nível das habilitações, induz a um trabalho muito menos qualificado do que as suas habilitações poderiam ascender ou ter em expectativa.

Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, estrangeiras, segundo a profissão e as habilitações, 2009 (%)

Grupos profissionais	Habilitações						
	Inferior 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Ignorada
1	0,0	3,6	2,9	3,9	7,7	20,7	6,3
2	0,0	0,2	0,3	0,4	1,3	30,8	1,4
3	0,0	1,0	1,6	2,9	6,9	14,8	2,5
4	0,0	2,9	4,2	7,2	13,6	11,0	6,8
5	15,3	13,1	21,8	29,2	27,2	9,1	18,9
6	4,6	3,7	3,7	3,0	2,6	0,9	4,8
7	26,7	20,5	26,9	19,7	13,3	4,7	24,7
8	4,9	5,2	9,7	10,8	9,7	2,9	6,3
9	48,5	49,7	29,0	23,0	17,7	5,1	28,3
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	6.056	32.104	21.767	36.430	32.130	12.111	19.246

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, GEP/MTSS (retirado de Oliveira e Gomes, 2014: 70)

Para estimar se as habilitações se refletem nos grupos profissionais em que os estrangeiros se enquadram, recorre-se aos dados dos Quadros de Pessoal que permitem realizar este cruzamento para uma aproximação à população empregada. Ora os estrangeiros, por comparação aos trabalhadores portugueses, têm uma percentagem maior de trabalhadores que não usam as suas habilitações nas funções que exercem no mercado de trabalho em Portugal. Como mostram os dados dos Quadros de Pessoal, em 2009 cerca de 51,5% dos trabalhadores estrangeiros com habilitações de ensino superior estavam incorporados nos dois primeiros grupos profissionais (1 e 2 – que inclui dirigentes e especialistas das atividades intelectuais e científicas), mas 12,7% apesar de terem uma habilitação de nível superior incorporam os grupos profissionais da base (7, 8 e 9), realçando-se em particular 5,1% dos trabalhadores estrangeiros com ensino superior inseridos como “trabalhadores não qualificados” (grupo 9), ou seja, a não



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

usar as suas habilitações. Em contraste, no caso dos trabalhadores portugueses com ensino superior, 56,6% estavam em grupos profissionais de topo (grupo 1 e 2) – mais 5 pontos percentuais que os estrangeiros - e apenas 1,7% estavam nos grupos profissionais da base (grupos 7, 8 e 9) – menos 11 pontos percentuais que os estrangeiros.

Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, portuguesas, segundo a profissão e as habilitações, 2009 (%)

Grupos profissionais	Habilitações						
	Inferior 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Ignorada
1	0,1	8,4	7,9	8,1	10,7	18,9	29,0
2	0,0	0,2	0,4	1,0	3,2	37,7	2,3
3	0,0	2,1	3,7	8,2	18,6	23,2	13,1
4	0,0	4,3	6,8	14,4	29,7	14,2	25,5
5	12,5	13,8	16,3	24,4	19,9	4,0	10,9
6	8,7	3,7	1,6	0,9	0,4	0,2	4,7
7	28,5	30,6	34,2	19,5	6,9	0,7	5,8
8	12,1	13,7	14,3	11,0	4,8	0,4	1,6
9	38,2	23,2	14,9	12,4	5,7	0,6	6,7
sem profissão atribuída	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4
Total %	100	100	100	100	100	100	100
Total absoluto	27.565	546.925	532.314	664.245	627.188	438.254	1.582

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, GEP/MTSS (retirado de Oliveira e Gomes, 2014: 71)

Bibliografia Citada

Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, nº 150, pp. 147-173.

Góis, P. e Marques, J. C. (2014), *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*, estudo 54 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Münz, R. et al. (2006), *The costs and benefits of European Immigration*, Hamburg: Hamburg Institute of International Economics.

Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral*, estudo 41 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Oliveira, C. R. e Fonseca, V. (2013), “Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology”, *Revista Migrações* do Observatório da Imigração, setembro, pp. 79-117.

Peixoto, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, in Peixoto, J. (org.), *Revista Migrações*, Número Temático “Imigração e Mercado de Trabalho”, vol. 2, abril, Observatório da Imigração, pp. 19-46.